

11. AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO REGULAR DO REGULAMENTO DOS APARTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, o início do procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de um regulamento dos apartamentos de transição para vítimas de violência doméstica, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº. 1 do artº. 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e da Lei nº. 112/2009, de 16 de setembro.



**REGULAMENTO DOS APARTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA VITIMAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Assunto: CUMPRIMENTO DO C.P.A.

Informação de 28/12/2017

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

Boa Exatidão Miguel
18 01.12

ANÁLISE

Tendo presente o Despacho do Sr. Diretor da DMGAP, de 18/12, na sequência do Despacho do Sr. Vice-Presidente, de 15/12, somos a informar o seguinte:

1. Nota prévia: O Regulamento foi elaborado em conjunto com esta DSJC.
2. Procedimentos a seguir:
 - a. O Executivo Municipal deve aprovar, em reunião, o início do procedimento;
 - b. Posteriormente e nos termos do disposto no **artigo 98.º do CPA** deve ser publicitado o início do procedimento: na Internet, no sítio institucional do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
 - c. Para esse efeito junta-se minuta para publicação no site institucional para publicitação do início da procedimento e participação procedimental, que deverá ser assinado pelo Sr. Presidente, caso concorde com o seu conteúdo;



- d. Depois de assinado, deverá o aviso em anexo ser publicitado no site institucional do Município e por Edital;
- e. Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do projeto;
- f. Findo esse prazo, se houver sugestões, deverão as mesmas ser remetidas a esta DSJC, para análise;
- g. Depois de analisadas, se pertinentes, serão introduzidas no Projeto do Regulamento, caso contrário, manter-se-á o mesmo Projeto, que deverá ser submetido a consulta pública, nos termos do art. 101º do CPA.

A jurista,

[Handwritten signature]

Despacho/Chefe de Divisão DMGAP/DSJC
Concordo com a informação.
Remeta-se ao Sr. Diretor Municipal.

2/11/2018

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Artur dos Guimarães

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO REGULAMENTAR: elaboração e aprovação do REGULAMENTO DOS APARTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2018, deliberou iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de um **Regulamento dos Apartamentos de Transição para Vítimas de Violência Doméstica**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que define o Regime Jurídico aplicável à prevenção da Violência Doméstica e à proteção e assistência às suas vítimas e estabelece que as autarquias locais podem deter estruturas integradas na rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, colaborar na divulgação de outras estruturas em funcionamento nas respetivas áreas territoriais e ceder equipamentos para a criação de respostas no âmbito da rede nacional.
2. O referido Regulamento pretende integrar as regras gerais de organização e de funcionamento dos Apartamentos de Transição, pertença do Município.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.



4. Os interessados podem ainda, no prazo de 15 dias úteis, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do Regulamento, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuado por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico municipe@cm-braga.pt, colocando como Assunto "Apresentação de sugestões – projeto de Regulamento Apartamentos de Transição".

Braga, _____ de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio

ANTEPROJETO**REGULAMENTO****DOS****APARTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA****Nota justificativa**

Visando os princípios da legalidade e da participação, insito nos artigos 3.º e 12.º do Código de Procedimento Administrativo, respetivamente, o artigo 99.º do mesmo diploma que prevê expressamente que todo o projeto de regulamento seja acompanhado de uma nota justificativa fundamentada.

Nesse sentido, afigura-se essencial referir, no âmbito do procedimento administrativo aberto, que:

Considerando que a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nas alíneas u) e v) do artigo 33º, estipula como competências da Câmara Municipal *"apoiar atividades de natureza social "* e *"participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal "*;

Considerando que a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o **Regime Jurídico aplicável à prevenção da Violência Doméstica e à proteção e assistência às suas vítimas**, no seu artigo 58º, dispõe que no âmbito das suas competências e atribuições, as autarquias locais podem deter estruturas integradas na rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, colaborar na divulgação de outras estruturas em funcionamento nas respetivas áreas territoriais e ceder equipamentos para a criação de respostas no âmbito da rede nacional.

O projeto da presente alteração regulamentar, estando sujeita à audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º do C.P.A., irá ser submetido a consulta pública, por o número de interessados ser de tal forma elevado que a audiência se tornaria incompatível, nos termos conjugados dos artigos 100.º, n.º 3, alínea c) e 101.º, n.º 1, todos do CPA.

Submete-se o presente projeto a apreciação pública, pelo período de 30 dias, para a recolha de sugestões, discussão e análise, dirigidas ao órgão com competência regulamentar.

Toda a vítima, independentemente da ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, língua, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, cultura e nível educacional goza dos direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sendo-lhe assegurada a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental.

Artigo 5.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro - Princípio da igualdade

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento de gestão integra as regras gerais de organização e de funcionamento dos Apartamentos de Transição (AT).

Artigo 2.º

Âmbito

O regulamento aplica-se às utilizadoras/utilizadores e ao corpo técnico que acompanha o funcionamento dos AT .

Artigo 3.º

Objetivos

Os Apartamentos de Transição visam a prossecução dos seguintes objetivos:

1 - Acolher temporariamente vítimas de violência doméstica (acompanhadas/os ou não de filhos menores e/ou dependentes), em processo de autonomização e provenientes de Casas de Abrigo da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, em condições de segurança e confidencialidade;

2 – Proporcionar apoio social, psicológico e jurídico aos utilizadores, de modo a contribuir para a prossecução do seu processo de autonomização e inserção social, podendo recorrer a entidades externas para o efeito.

Artigo 4.º

Destinatários

As utilizadoras/utilizadores dos Apartamentos de Transição são todas/todos as/os constantes do nº 1 do artigo 3.º, provenientes de qualquer ponto do País.

Artigo 5.º

Plano de acompanhamento

A integração nos Apartamentos de Transição prevê a subscrição de um Plano de acompanhamento, a providenciar pelo GIAPI – Gabinete de Informação e Acolhimento para a Igualdade, que prossegue os seguintes objetivos:

1. Promover o desenvolvimento estrutural das pessoas e a aquisição de competências pessoais, relacionais e profissionais, através do encaminhamento e articulação com os serviços saúde, educação, segurança social, emprego/formação profissional, habitação e justiça.
2. Proporcionar apoio psicológico e social aos agregados familiares, de modo a contribuir para o seu equilíbrio, bem-estar e autonomia.

CAPÍTULO II

Admissão e permanência

Artigo 6.º

Condições de Admissão

1 – É condição geral de admissão da(s) vítima(s) nos AT:

- a) Ter tido permanência em Casa Abrigo e dispor de processo de encaminhamento pela respetivo equipa técnica;
 - b) Ter aceite, enquanto residente em Casa Abrigo, como opção de continuidade do seu processo de autonomização e inserção social, o conselho de Braga e a resposta de acolhimento de transição nos AT do Município.
 - c) Existir vaga adequada à situação.
 - d) Dispor de condições que assegurem o acesso à alimentação e bens essenciais.
2. É da competência do Presidente da Câmara a apreciação e deferimento dos pedidos de admissão nos Apartamentos de Transição, que pode delegar no Vereador responsável pelo pelouro das Políticas Sociais.

Artigo 7.º

Instrução do Processo

1 - O processo deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Ficha de encaminhamento e relatório social por parte da entidade/equipa técnica da estrutura anterior de acolhimento;
- b) Declaração de aceitação dos princípios regulamentares por parte das/dos utilizadoras/utilizadores e agregado familiar (se tiver);
- c) Documentos identificativos das/dos utilizadoras/utilizadores e de todos os elementos do agregado familiar (Cartão de cidadão OU bilhete de identidade/passaporte/cédula ou boletim de nascimento, Número de identificação fiscal, Número de identificação da segurança social e Cartão de utente);
- d) Plano de acompanhamento e subscrição do mesmo;
- e) Outros elementos relevantes.

Artigo 8.º

Permanência

1 - A permanência nos Apartamentos de Transição corresponde ao tempo necessário à (re)integração social e habitacional, não devendo exceder um período superior a 10 meses.

2 - A título excecional e mediante parecer fundamentado da equipa técnica e relatório de avaliação da situação dos utilizadores o período de permanência definido no número anterior poderá ser prorrogado pelo período máximo de mais 6 meses, por impossibilidade de acesso a resposta habitacional alternativa.

Artigo 9.º

Cessação da Permanência

1 - A permanência nos Apartamentos de Transição cessa numa das seguintes situações:

- a) Verificação das condições necessárias e efetivas para a reinserção e autonomização do agregado familiar;
- b) Termo do prazo referido no artigo anterior;
- c) Manifestação de vontade de desistência do utilizador, através de declaração escrita;
- d) Incumprimento das regras estabelecidas.

2 - Em caso de desocupação das habitações, devem as/os utilizadoras/utilizadores proceder à restituição da habitação devidamente limpa e em bom estado de conservação, assim como os equipamentos das mesmas, sem qualquer deterioração, salvo as inerentes ao seu uso regular e normal.

3 - A saída dos Apartamentos de Transição deve ser sempre precedida da verificação pelos Serviços Municipais do cumprimento do disposto no número anterior, verificação

esta cujo teor deverá, sempre que possível, ser também subscrita pela/pelo utilizadora/utilizador.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres

Artigo 10.º

Deveres da Entidade Promotora

1 - A Câmara Municipal de Braga suportará as despesas correntes com a eletricidade, água e gás, bem como o equipamento necessário à utilização dos AT e eventuais pequenas obras de beneficiação das respetivas habitações, cuja necessidade não advenha do mau uso das mesmas por parte das/dos utilizadoras/utilizadores.

2 - Constituem deveres da entidade promotora para com as/os utilizadoras/utilizadores:

- a) Garantir uma Equipa Técnica permanente e especializada na área da violência doméstica, de apoio ao enquadramento residencial das/dos utilizadoras/utilizadores e desenvolvimento dos respetivos processos de autonomização e inserção social;
- b) Promover um acompanhamento técnico regular, de proximidade;
- c) Confidencialidade em todos os assuntos tratados;
- d) Alojamento e manutenção dos Apartamentos de Transição.

Artigo 11.º

Direitos dos utilizadores

As/Os utilizadoras/utilizadores têm direito a:

- a) Usufruir de um espaço, unifamiliar ou partilhado, e de um grau de autonomia na condição da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
- b) Beneficiar de acolhimento, alojamento e segurança, pelo período de tempo estritamente necessário;
- c) Beneficiar da confidencialidade em todos os assuntos tratados;
- d) Participar na definição de um Plano de Acompanhamento com vista à sua (re)integração social.

Artigo 12.º

Deveres e Proibições na utilização dos apartamentos

1 - Constituem deveres das/dos utilizadoras/utilizadores para com a entidade promotora dos Apartamentos Protegidos de Transição:

- a) Aceitar e cumprir o presente regulamento e assinar o termo de aceitação;
- b) Aceitar e executar o estabelecido no Plano de Acompanhamento, entre a/o utilizadora/utilizador e a equipa técnica, que estabelecem as metas de autonomia e de evolução pessoal, social e profissional;
- d) Permitir a visita à habitação, sempre que for solicitado por parte da equipa técnica;
- e) Participar nas reuniões convocadas pela equipa técnica;
- f) Respeitar a confidencialidade da localização dos Apartamentos de Transição;
- g) Manter um comportamento que se pautar pelas normas de convivência social normalmente aceite;
- h) Ser responsável pelos seus próprios bens e pelos equipamentos colocados ao seu dispor nos Apartamentos de Transição;
- i) Manter a habitação em condições de limpeza e higiene;

- j) Assegurar os cuidados básicos de saúde, alimentação, higiene, tratamento de roupas e acompanhamento escolar e pré-escolar dos filhos menores;
- k) Evitar criar conflitos entre os coabitantes e rede de vizinhança;
- l) Abster-se de provocar ruídos de qualquer natureza, especialmente nas horas de silêncio, ou seja, entre as 22 e as 8 horas;
- m) Evitar que se danifique a habitação e espaços comuns, sempre que tal se verifique os estragos serão imputados aos utilizadores;
- n) Conservar as instalações de eletricidade, água, gás, esgotos e todas as canalizações, sendo da responsabilidade das/dos utilizadoras/utilizadores o pagamento das reparações sempre que se verifique uma má utilização das mesmas;
- o) Impedir a coabitação de pessoas estranhas ao número de elementos que inicialmente integraram a habitação;
- p) Proceder à restituição da habitação, após a desocupação, devidamente limpa e em bom estado de conservação, sem qualquer deterioração, salvo as inerentes ao uso regular e normal da mesma e entregar a chave que lhe foi atribuída;
- q) Comunicar atempadamente à equipa técnica a intenção de saída voluntária, que por sua vez diligencia com os demais intervenientes no plano de acompanhamento.

2 - É expressamente proibido, nos Apartamentos de Transição, sob pena de incumprimento:

- a) Receber visitas que possam violar as normas do presente regulamento, estando as mesmas sujeitas à avaliação e autorização da equipa técnica;
- b) Utilizar drogas, estupefacientes ou qualquer tipo de substância ilegal;
- c) Fazer inscrições, desenhos ou afixações nas paredes da habitação;
- d) Promover a cedência total ou parcial da habitação;
- e) Pendurar roupa fora dos locais destinados a esse fim;

-
- f) Despejar lixo fora dos recipientes próprios para o efeito;
 - g) Provocar fumos, vapores, calor ou cheiros que possam incomodar os outros moradores;
 - h) Sacudir tapetes ou roupas, despejar águas, lançar lixos, pontas de cigarro ou detritos de qualquer natureza pelas janelas ou em áreas que afetem os vizinhos;
 - i) Destinar a habitação a usos ofensivos dos bons costumes.

Artigo 13.º

Bens Pessoais

A Câmara Municipal não se responsabiliza pelo extravio de bens pessoais das/dos utilizadoras/utilizadores.

CAPÍTULO IV

Instalações

Artigo 14.º

Instalações e Equipamentos

- 1- As instalações dos Apartamentos de Transição são compostas por:
 - a) Apartamento 1: 2 quartos, duas salas, 3 casas de banho, uma cozinha
 - b) Apartamento 2: 2 quartos, duas salas, 3 casas de banho, uma cozinha
 - c) Apartamento 3: 3 quarto, 1 escritório, 2 salas, 3 casas de banho, uma cozinha
- 2- Todos os apartamentos estão devidamente equipados (cozinha completa, com fogão, forno, frigorífico, máquina da roupa, ferro e televisão) e totalmente mobilados.

CAPÍTULO V

Recursos humanos

Artigo 15.º

Coordenação Técnica

A coordenação técnica do funcionamento dos Apartamentos de Transição é da responsabilidade da Coordenação do GIAPI – Gabinete de Informação e Acolhimento para a Igualdade.

Artigo 16.º

Equipa Técnica

1 - A equipa técnica é constituída por técnico(a)s que integram o GIAPI.

2 - As funções da equipa técnica são:

- a) Monitorizar todo o funcionamento e organização dos Apartamentos de Transição;
- b) Acompanhar a nível psicológico e social os agregados familiares, contribuindo para a sua (re)integração social, através do Plano de Acompanhamento;
- c) Contribuir para o reforço das competências pessoais, sociais e profissionais das/dos utilizadoras/utilizadores.

3 - Nas situações em que a/o utilizadora/utilizador e/ou respetiva família se encontrem em acompanhamento por outras medidas sociais, o técnico gestor da respetiva medida deverá articular com a equipa, no que concerne à definição ou monitorização do Plano de acompanhamento.

CAPÍTULO VI

Normas sancionatórias

Artigo 17.º

Sanções

1 - O incumprimento, por parte das/dos utilizadoras/utilizadores, do previsto no regulamento pode dar lugar e consoante a gravidade do mesmo a:

- a) Inibição de futuras integrações nos apartamentos;
- b) Expulsão dos Apartamentos de Transição.

2 - Cabe à Coordenação e à equipa técnica avaliar o incumprimento e gravidade da violação das normas.

CAPÍTULO VII

Considerações finais

Artigo 18.º

Informações afixadas nas Habitações

As presentes normas regulamentares serão afixadas no interior das respetivas habitações, bem como o inventário do material e equipamentos existentes e contactos relevantes.

Artigo 19.º**Chave**

A chave mestra de cada Apartamento de Transição ficará a cargo da equipa técnica, sendo entregue a cada utilizadora/utilizador uma cópia da mesma, a qual deve ser devolvida aquando a cessação do acolhimento.

Artigo 20.º**Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor dez dias úteis após a sua publicação.